DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e Relatório dos auditores independentes

mazars

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

mazars

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3
Balanço patrimonial (Ativos) 9
Balanço patrimonial (Passivos e patrimônio líquido) 10
Demonstração dos resultados 11
Demonstração dos resultados abrangentes 12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 13
Demonstração dos fluxos de caixa 14
Demonstração do valor adicionado 15
Notas explicativas 16
1. Informações gerais 16
2. Políticas contábeis materiais 18
3. Reapresentação de cifras comparativas – aplicação financeira 25
4. Caixa e equivalentes de caixa 25
5. Aplicações financeiras 26
6. Contas a receber, líquidas 26
7. Estoques 27
8. Impostos, taxas e contribuições 28
9. Despesa antecipada 30
10. Partes relacionadas 30
11. Obrigação com empregados e profissionais-chave da administração 30
12. Imobilizado 31
13. Intangível e Infraestrutura em construção 32
14. Fornecedores 34
15. Debêntures e Empréstimo 34
16. Concessão de serviço público 38
17. Receita diferida 39
18. Adiantamentos de clientes 39
19. Provisões para riscos processuais 39
20. Patrimônio líquido 42
21. Receita operacional líquida 42
22. Custos e despesas por natureza 43
23. Outras receitas (despesas) operacionais 43
24. Resultado financeiro 44
25. Resultado por ação 44
26. Seguros 45
27. Compromissos e responsabilidades 45
28. Instrumentos financeiros 45

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Mazars Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 81, 22º andar
Centro, Rio de Janeiro
Tel.: (21) 3233-4700
www.mazars.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – METRÔRIO
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – METRÔRIO ("MetrôRio" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A partir da próxima página, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Reconhecimento de receita tarifária (Notas 2.5 e 21)

Descrição do PAA

A receita da Companhia é gerada substancialmente por tarifas de passagens (“receita tarifária”) cobradas dos usuários do sistema de transporte metroviário da cidade do Rio de Janeiro.

A receita tarifária é originada de um grande volume de transações de baixo valor individual, que são controladas por sistemas de passagem e posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria considerando sua relevância e do grande volume de transações.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

o entendimento e a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento de receita tarifária, incluindo os controles dos sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia;

a reconciliação entre a receita gerada pelos sistemas de controle de passagens durante o exercício e os sistemas financeiro, contábil e fiscal da Companhia; e

a obtenção de confirmação externa do total de repasse anual feito para Companhia pela entidade responsável pela arrecadação das tarifas originadas do chamado “bilhete único”, bem como do saldo de contas a receber da Companhia com a referida entidade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Capitalização de gastos e amortização do intangível de concessão

Descrição do PAA

Conforme Nota 13, a Companhia possui montante relevante reconhecido como intangível de concessão, cuja amortização é determinada pelo método da projeção da curva de demanda de passageiros usuários do sistema de transporte metroviário. Além disso, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a capitalização de gastos relevantes ao ativo intangível.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois os valores de capitalização de gastos e amortização do ativo intangível são relevantes no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia e o cálculo da amortização ativo intangível envolve estimativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

a obtenção de um entendimento dos controles internos e da política estabelecida para a capitalização de gastos e amortização do intangível de concessão;

a inspeção documental, em base amostral, da documentação comprobatória dos gastos capitalizados ao ativo intangível;

a discussão com a Administração das premissas estabelecidas para determinação da curva de demanda de passageiros usuários do sistema de transporte metroviário com o objetivo de avaliar sua razoabilidade; e

o recálculo da amortização do intangível de concessão.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a capitalização de gastos e a amortização do intangível de concessão, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Realização de créditos tributários diferidos

Descrição do PAA

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ativo fiscal diferido no montante de R$ 304 milhões (2022 – R$ 308 milhões) (Nota 8(b) às demonstrações financeiras).

O ativo fiscal diferido foi mensurado considerando a probabilidade de lucro tributável futuro, que envolve julgamentos significativos por parte da administração.

Por esses motivos e pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

a verificação das bases de cálculo das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

o entendimento e avaliação de razoabilidade das premissas para determinação do valor recuperável do ativo fiscal diferido, que está suportado por projeções de resultado;

a avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8

DocuSigned by:
Rodrigo de Almeida Albuquerque
5FE7758D944C440...

Rodrigo de Almeida Albuquerque
CRC CE019775/O-9 T-RJ

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio
Balanço patrimonial (Ativos)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) Nota 3
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	251.923	204.245
Aplicações financeiras	5	300.666	248.474
Contas a receber	6	73.929	127.091
Estoques	7	83.537	72.225
Tributos a recuperar	8(a)	8.077	4.514
Adiantamentos		11.527	3.460
Despesa antecipada	9	10.372	27.572
Contas a receber - Partes relacionadas	10	6.897	2.384
Outras contas a receber		-	35
Total do ativo circulante		**746.928**	**690.000**
Não circulante			
Contas a receber	6	15.950	13.086
Tributos a recuperar	8(a)	1.100	1.092
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8(b)	256.141	276.639
Depósitos judiciais	19(c)	12.626	20.811
Imobilizado	12	25.624	33.019
Intangível	13	2.031.481	2.052.374
Infraestrutura em construção	13	47.492	28.219
Total do ativo não circulante		**2.390.414**	**2.425.240**
Total do ativo		**3.137.342**	**3.115.240**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio
Balanço patrimonial (Passivos e patrimônio líquido)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) Nota 3
Circulante			
Fornecedores	14	104.855	86.016
Empréstimo e Debêntures	15	125.409	204.747
Tributos a recolher	8(c)	3.483	4.317
Obrigações com empregados e profissionais-chave da administração	11(a)	45.238	36.051
Receita diferida	17	16.373	57.695
Adiantamentos de clientes	18	6.127	9.638
Contas a pagar - Partes relacionadas	10	-	50
Outras contas a pagar		1.283	1.423
Total do passivo circulante		**302.768**	**399.937**
Não circulante			
Debêntures	15(b)	1.377.574	1.293.275
Tributos a recolher	8(c)	-	187
Concessão de serviço público	16	18.631	16.110
Provisão para riscos processuais	19	59.836	71.534
Receita diferida	17	1.359	18.146
Outras contas a pagar		3.534	3.234
Total do passivo não circulante		**1.460.934**	**1.402.486**
Patrimônio líquido			
Capital social	20(a)	1.458.916	1.458.916
Prejuízos acumulados		(85.276)	(146.099)
Total do patrimônio líquido		**1.373.640**	**1.312.817**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.137.342**	**3.115.240**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio
Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	958.264	796.079
Custo dos serviços prestados	22	(627.906)	(526.240)
Lucro bruto		**330.358**	**269.839**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(127.514)	(149.266)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	27.456	296.674
Resultado operacional		**230.300**	**417.247**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	71.331	74.670
Despesas financeiras	24	(209.981)	(205.207)
Resultado financeiro		**(138.650)**	**(130.537)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**91.650**	**286.710**
Imposto de renda e contribuição social		**(30.827)**	**13.907**
Imposto de renda e contribuição social correntes	8(d)	(10.328)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8(d)	(20.499)	13.907
Lucro líquido do exercício		**60.823**	**300.617**
Quantidade média de ações ao final do exercício (em milhares de ações)		**1.613.694**	**1.613.694**
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (Em reais)	25	**0,0377**	**0,1862**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio
Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	60.823	300.617
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total do exercício	**60.823**	**300.617**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.458.916**	**(446.716)**	**1.012.200**
Lucro líquido do exercício	-	300.617	**300.617**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.458.916**	**(146.099)**	**1.312.817**
Lucro líquido do exercício	-	60.823	60.823
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.458.916**	**(85.276)**	**1.373.640**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos e contribuição		**91.650**	**286.710**
Ajustes:			
Depreciação e amortização	12 e 13	125.865	100.933
Baixa de imobilizado e intangível	12 e 13	627	772
Provisão (reversão) para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	6	2.146	(3.084)
Variações monetárias e encargos, líquidos	15,16 e 19	193.948	189.946
Amortização custo de captação de debêntures	15	9.158	(638)
Provisão (reversão) para riscos processuais	19	(14.017)	4.519
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	48.152	(113.798)
Estoques	7	(11.312)	2.409
Tributos a recuperar	8(a)	(3.571)	(477)
Depósitos judiciais	19(c)	9.750	15.672
Adiantamentos		(8.067)	(2.797)
Parte relacionada	10	(4.513)	(2.334)
Despesa antecipada	9	17.200	(15.471)
Outros		34	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	14	18.839	(18.106)
Obrigações com empregados e administradores	11	9.187	(1.552)
Tributos a recolher	8(c)	(9.086)	900
Receita diferida	17	(58.109)	73.875
Adiantamentos de clientes	18	(3.511)	(14.770)
Parte relacionada	10	(50)	50
Concessão de serviço público	16	228	(4.712)
Pagamento de processos judiciais	19	(1.550)	(5.299)
Outras obrigações e contas a pagar		160	512
Caixa gerado nas operações		**413.158**	**493.260**
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social		(2.263)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**410.895**	**493.260**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	12	(1.895)	(2.586)
Aquisição de intangível	13	(115.582)	(85.995)
Aplicações financeiras	5	(52.192)	(247.438)
Caixa líquido gerado (aplicados nas) atividades de investimento		**(169.669)**	**(336.019)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimo	15(a)	10.773	-
Pagamento principal debêntures	15(b)	(119.634)	-
Pagamento juros debêntures	15(b)	(59.718)	-
Pagamento variação monetária debêntures	15(b)	(24.969)	-
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades de financiamento		**(193.548)**	**-**
Aumento líquido no saldo de caixa e Equivalentes de caixa		**47.678**	**157.241**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	204.245	47.004
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	251.923	204.245
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		**47.678**	**157.241**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		**1.016.121**	**1.110.552**
Prestação de serviços	21	987.668	820.973
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	6	(2.146)	(3.084)
Outras receitas	23	30.599	292.663
Insumos adquiridos de terceiros		**(341.272)**	**(327.875)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(338.939)	(325.679)
Outros custos		(2.333)	(2.196)
Valor adicionado bruto		**674.849**	**782.677**
Retenções		**(123.900)**	**(100.933)**
Depreciação e amortização	22	(123.900)	(100.933)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**550.949**	**681.744**
Valor adicionado recebido em transferência		**71.331**	**74.670**
Receitas financeiras	24	71.331	74.670
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		**622.280**	**756.414**
Total do valor adicionado a distribuir		**622.280**	**756.414**
Distribuição do valor adicionado		**622.280**	**756.414**
Pessoal e encargos		**248.639**	**208.089**
Remuneração direta		163.919	137.275
Benefícios		70.146	57.951
FGTS		11.956	11.342
Outros		2.618	1.521
Impostos, taxas e contribuições		**95.366**	**39.630**
Federais		51.865	34.107
Estaduais		4.540	4.088
Municipais		18.462	15.342
Imposto de renda e contribuição social diferida	8(d)	20.499	(13.907)
Remuneração capital de terceiros		**217.452**	**208.078**
Juros e variação monetária sobre debêntures	24	189.351	188.661
Aluguéis		3.627	2.760
Outras		24.474	16.657
Remuneração de capital próprio		**60.823**	**300.617**
Lucro atribuível aos acionistas controladores		60.823	300.617

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

Notas explicativas

1. Informações gerais

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio" ou "Companhia") foi constituída sob a forma de "sociedade por ações" em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como seu único acionista a HMOBI Participações S.A. ("HMOBI"), que por sua vez tem como acionistas: IAV FIP, Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ("Funcef"), Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS ("Petros"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI ("PREVI").

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038.

O Poder Concedente reajusta o valor das tarifas anualmente, a partir do dia 31 de janeiro de cada ano, com base na variação do IPCA publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida nos 12 (doze) meses anteriores.

Em 07 de maio de 2021, o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinaram o sétimo termo aditivo ao Contrato de Concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, contemplando dentre outros itens: (i) a redução do valor aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro – AGETRANSP do Valor Máximo Unitário de Tarifa Padrão de R$ 6,2654 para R$ 5,8335; (ii) a resolução consensual para extinção de certos processos judiciais que têm por objeto desequilíbrio na equação econômico-financeira do Contrato de Concessão em favor do Poder Concedente no valor de R$ 197.943; e (iii) fixação da nova tarifa em R$ 5,80, após arredondamento previsto em contrato, a ser aplicada a partir de 11 de maio de 2021.

Em 1º de abril de 2022 o MetrôRio celebrou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "8º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos:

(i) regular as ações visando o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R$ 327.747, sendo R$ 286.068 da parcela principal e R$ 41.679 referente a atualização monetária pelo IPCA. O ressarcimento, conforme previsto no termo aditivo, foi pago em 4 (quatro) parcelas ao longo do ano de 2022. Segundo o mesmo termo aditivo após a homologação do valor do ressarcimento emergencial referente ao período de janeiro a dezembro de 2021 pela AGETRANSP, tal valor deverá ser pago em até seis meses após a deliberação final;

(ii) disciplinar o novo reajuste tarifário ordinário em 12% (doze por cento) sobre a tarifa vigente, tendo como nova tarifa praticada no valor de R$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), e homologada de R$ 6,82 (seis reais e oitenta e dois centavos). Adicionalmente, ficou acordado que a partir de 02 de abril de 2022, o MetrôRio aplicará o desconto no valor de R$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão durante o período de 24 meses, desconto esse que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente; e

(iii) alteração do §15º da Cláusula Sétima do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para estabelecer novas formas de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

1. Informações gerais (continuação)

Em 26 de dezembro de 2022, por força do ato de deliberação previsto no 8º Termo Aditivo, o MetrôRio celebrou com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "9º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos, disciplinar os termos e condições da contrapartida devida pelo Poder Concedente ao MetrôRio, no valor referencial de R$ 109.504, referente a redução de R$ 0,30 (trinta centavos de real) aplicada sobre o valor máximo unitário da tarifa padrão para os períodos de 02 de abril de 2022 a 11 de abril de 2023 e de 12 de abril de 2023 a 11 de abril de 2024, conforme convencionada no Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O valor referencial acordado será quitado em 4 parcelas, sendo que 2 parcelas foram pagas em 03 de maio de 2023, restando ainda 2 a serem liquidadas. (vide nota explicativa 6).

Em 08 de março de 2023 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro ("AGETRANSP"), homologou:

- Reajuste tarifário ordinário de 5,77%, tendo como nova tarifa regulatória o valor de R$ 7,20 (sete reais e vinte centavos), que vigorará a partir de 12 de abril de 2023; e

- A manutenção do desconto no valor de R$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente, conforme previsto no Contrato de Concessão, de modo que a tarifa padrão praticada será no valor de R$ 6,90 (seis reais e noventa centavos) para o período compreendido entre 12 de abril de 2023 e 11 de abril de 2024.

Em 04 de abril de 2023 o Governo do Estado do Rio de Janeiro institui a Tarifa Social para serviços de transporte metroviário, no valor de R$ 5,00 (cinco reais), através da Edição do Decreto 48.452, que passou a vigorar a partir de 12 de abril de 2023, pelo prazo de 12 meses.

Em 02 de maio de 2023 a Secretaria de Estado de transporte e mobilidade urbana (SETRAM), considerando, a Emenda Constitucional nº 123 de 14 de julho de 2022 e todo o impacto da pandemia da Covid-19 sobre o sistema de transporte público, repassou os valores oriundos do Governo Federal para o sistema de transporte público coletivo urbano proporcionalmente ao número de transações de idosos maiores de 65 anos coletados pelos sistemas de bilhetagem eletrônica correspondentes aos anos de 2020, 2021 e 2022, através da resolução nº 1611, ficando destinado ao MetrôRio 8,31% desses recursos. Cabe mencionar que os todos os recursos aportados serão considerados na revisão tarifária, e que até a presente data, ocorreu o repasse integral no montante de R$ 10,3 milhões.

Em 23 de novembro de 2023, a Companhia através de fato relevante divulgou a celebração de um Memorando de Entendimentos ("Memorando") com o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade Urbana, a Controladoria-Geral do Estado, a Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB"), a OEC S.A. e a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.

Nos termos do Memorando, as partes concordam em desenvolver estudos sobre a viabilidade jurídica, técnica e financeira e buscar solução consensual e definitiva para a retomada e conclusão das obras da Estação Gávea e para as disputas judiciais e administrativas envolvendo o Contrato de Concessão das Linhas 1 e 2 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro ("Linhas 1 e 2") e o Contrato de Concessão nº L4/98, celebrado em 21.12.1998 ("Contrato L4").

A celebração de qualquer instrumento ou acordo em decorrência dos estudos e tratativas regulados pelo Memorando depende da viabilidade do atendimento às premissas negociais apresentadas pelas partes e do acordo em relação aos eventuais instrumentos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R$ 444.160 (R$ 290.063 positivo, em 31 de dezembro de 2022).

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

2. Políticas contábeis materiais

2.1. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro *(International Financial Reporting Standards-IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações financeiras foi autorizado pela Administração da Companhia em 26 de março de 2024.

2.2. Principais normas, alterações e interpretações de norma

Normas novas e alteradas no exercício corrente

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, quando aplicável, vide estimativas contábeis relevantes na nota 2.18.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) -Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.4. Contrato de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

O ativo intangível deve ser amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCPC05.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

(a) Receitas de serviços

As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 –Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

(b) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de créditos esperadas”.

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de “perdas de crédito esperadas”, avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de idade de vencimento.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.9. Adiantamentos

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. Os adiantamentos são apropriados ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos caso ocorra fato relevante que possa gerar impacto.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

2.11. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.12. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

2.14. Tributação

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

		Alíquotas		
Nome do tributo	Sigla	Receitas tarifárias	Receitas acessórias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00%	7,6%	4,00%
Imposto sobre Serviço	ISS	2,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 –Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i)Imposto de renda-calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social -calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

b) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

c) Planos de benefício definido

Plano de benefício pós emprego que não seja plano de contribuição definida.

O CPC 33 (R1) -Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Companhia mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente com 200 participantes.

2.16. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) –Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1° de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

• Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

• Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

2.17. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

2.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Amortização do intangível

A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

2. Políticas contábeis materiais (continuação)

Provisão com estimativa de crédito de liquidação duvidosa

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento.

2.19 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) -Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3. Reapresentação de cifras comparativas – aplicação financeira

Após a publicação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022, divulgadas em 23 de março de 2023, constatou-se que a classificação da aplicação financeira vinculada à 9ª emissão de Debêntures deveria estar classificada no ativo circulante, tendo em vista que a sua compensação ocorreria até dezembro de 2023 e considerando também que este ativo não atende aos critérios de compensação. Isso refletiu-se no seguinte impacto:

	Ativo Circulante	Passivo não circulante
	Aplicações financeiras	Debêntures
Em 31 de dezembro de 2022		
Saldo originalmente apresentado	167.924	1.212.725
Aplicação financeira vinculada à 9ª emissão Debêntures	80.550	80.550
Saldo em 31 de dezembro de 2022, ajustado	**248.474**	**1.293.275**

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	8.130	11.080
Certificados de Depósito Bancário – CDB	243.793	193.165
Total de caixa e equivalentes de caixa	**251.923**	**204.245**

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB - Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações é em média 102,49% do CDI (102,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

5. Aplicações financeiras

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) Nota 3
Certificados de Depósito Bancário – CDB (a)	282.425	167.924
Aplicação financeira vinculada – CDB (b)	18.241	80.550
Total aplicações financeiras	**300.666**	**248.474**

(a) A rentabilidade destas aplicações é em média 102,66% do CDI (104,31% do CDI em 31 de dezembro de 2022) e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos da Companhia. Estas aplicações financeiras não estão classificadas como equivalentes de caixa, pois possuem carência igual ou superior a 90 dias e após este período passam a ter liquidez diária.

(b) As aplicações financeiras nesta conta pagamento, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 96,01% (96,01% em 31 de dezembro de 2022) com a finalidade de atender as obrigações contratuais relacionadas as garantias da 9ª emissão de debêntures (nota explicativa 15).

6. Contas a receber, líquidas

6(a) Contas a receber, líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
Recebíveis do GERJ (a)	50.000	109.504
Recebíveis do GERJ (b)	35.538	33.617
Recebíveis do GERJ (c)	25.460	22.568
Vendas de passagens (d)	18.511	14.057
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (e)	9.624	7.143
Outros	76	473
Total do contas a receber	**139.209**	**187.362**
Total da PECLD	**(49.330)**	**(47.185)**
Total do contas a receber	**89.879**	**140.177**
Circulante	73.929	127.091
Não circulante	15.950	13.086

Os valores relativos a créditos a receber são:

(a) Valor a receber referente a duas parcelas do 9º termo aditivo.
(b) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos- ET Pós;
(c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo e Olimpíadas de 2016. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas.
(d) Receita de passagens a receber;
(e) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios).

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

6. Contas a receber, líquidas (continuação)

6(b) *Aging* do contas a receber.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Contas a receber	**PECLD**	**Contas a receber**	**PECLD**
A Vencer	11.906	-	127.372	-
Vencidos				
Até 3 meses	14.432	(443)	2.849	(30)
De 3 a 6 meses	2.306	(1.073)	3.002	(41)
Acima de 6 meses	110.565	(47.814)	54.139	(47.114)
Total	**139.209**	**(49.330)**	**187.362**	**(47.185)**

6(c) Movimentação das perdas de créditos esperadas

Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Saldo no início do exercício	(47.185)	(44.101)
Adições	(3.394)	(4.719)
Reversões	1.249	1.635
Saldo no fim do exercício	**(49.330)**	**(47.185)**

7. Estoques

	31/12/2023	**31/12/2022**
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	83.537	72.225
Total estoques	**83.537**	**72.225**

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

8. Impostos, taxas e contribuições

8(a) Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social	8.809	4.971
Outros	368	635
Total	**9.177**	**5.606**
Circulante	8.077	4.514
Não circulante	1.100	1.092

8(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados abaixo:

Natureza	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Prejuízo fiscal	181.592	186.281
Base negativa da contribuição social	65.868	67.467
Provisão para riscos processuais	21.378	22.624
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	16.772	16.043
Provisões não dedutível	7.546	5.306
Participação nos lucros e resultado (PLR)	6.165	3.731
Outros	4.947	6.097
Total do ativo fiscal diferido	**304.268**	**307.549**
Amortização curva de demanda	(42.402)	(24.572)
Amortização do direito de concessão	(4.065)	(4.354)
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Outros diferidos passivos	-	(324)
Total do passivo fiscal diferido	**(48.127)**	**(30.910)**
Total do ativo fiscal diferido, líquido	**256.141**	**276.639**

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

8. Imposto, taxas e contribuições (continuação)

Anos	**31/12/2023**
2024	8.669
2025	27.138
2026	32.862
2027	35.733
2028 até 2033	199.866
Total das projeções de realização do ativo fiscais diferidos	**304.268**
Total do ativo fiscal diferido	**304.268**

8(c) Tributos a recolher

	31/12/2023	**31/12/2022**
ISS	1.635	2.142
INSS sobre terceiros	616	615
IRRF e CSRF	426	383
Contribuição social	418	-
Taxa AGETRANSP	388	491
PIS e COFINS	-	686
Outros	-	187
Total	**3.483**	**4.504**
Circulante	3.483	4.317
Não circulante	-	187

8(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	91.650	286.710
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(31.161)	(97.481)
Exclusões/Adições permanentes	334	111.388
Total dos impostos no resultado	**(30.827)**	**13.907**
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado	(10.328)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	(20.499)	13.907
Total dos impostos no resultado	**(30.827)**	**13.907**

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

9. Despesa antecipada

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros	3.903	23.339
Garantias TI	6.469	4.233
Total despesa antecipada	**10.372**	**27.572**

10. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são divulgadas nas demonstrações contábeis anuais e nas informações contábeis intermediárias.

Composição

			31/12/2023	
			Ativo	Resultado
Parte relacionada	**Transação**	**Relação**	**Circulante**	
HMOBI	Reembolso	Controladora	5.177	-
Metrobarra	Gastos compartilhados	Coligada	1.720	19.451
Total			**6.897**	**19.451**

			31/12/2022	
			Ativo	Passivo
Parte relacionada	**Transação**	**Relação**	**Circulante**	**Circulante**
HMOBI	Reembolso	Controladora	2.342	-
Metrobarra	Gastos compartilhados	Coligada	42	50
Total			**2.384**	**50**

11. Obrigação com empregados e profissionais-chave da administração

11(a) Saldo das obrigações com empregados e profissionais-chave da administração

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	19.293	12.002
Provisão de férias	18.078	13.569
Encargos	6.683	8.749
Outros benefícios	1.184	1.731
Total	**45.238**	**36.051**

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

11. Obrigação com empregados e profissionais-chave da administração

11(b) Remuneração dos profissionais-chave da administração

A remuneração dos profissionais-chave da administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, conforme quadro a seguir:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	5.620	5.286
Encargos	1.127	574
Outros benefícios	824	716
Total	**7.571**	**6.576**

Em 28 de abril de 2023 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos profissionais-chave da administração de até R$ 12.705.

12. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de depreciação %	*de 10 a 20*	*20*	*10*	*20*		
			CUSTO			
Saldos em 31/12/2022	**71.611**	**31.723**	**15.032**	**817**	**829**	**120.012**
Adições	1.000	891	345	-	252	**2.488**
Baixas	(40)	(29)	(68)	-	-	**(137)**
Transferência	(666)	53	-	-	20	**(593)**
Saldos em 31/12/2023	**71.905**	**32.638**	**15.309**	**817**	**1.101**	**121.770**
			DEPRECIAÇÃO			
Saldos em 31/12/2022	**(52.406)**	**(23.448)**	**(10.551)**	**(588)**	**-**	**(86.993)**
Adições	(5.163)	(2.795)	(1.239)	(88)	-	**(9.285)**
Baixas	39	28	65	-	-	**132**
Saldos em 31/12/2023	**(57.530)**	**(26.215)**	**(11.725)**	**(676)**	**-**	**(96.146)**
			RESIDUAL			
Em 31/12/2023	**14.375**	**6.423**	**3.584**	**141**	**1.101**	**25.624**
Em 31/12/2022	**19.205**	**8.275**	**4.481**	**229**	**829**	**33.019**

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

12. Imobilizado (continuação)

	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de depreciação %	*de 10 a 20*	*20*	*10*	*20*		
			CUSTO			
Saldos em 31/12/2021	**70.591**	**30.566**	**14.767**	**817**	**829**	**117.570**
Adições	1.040	1.194	310	-	-	**2.544**
Baixas	(36)	(65)	(45)	-	-	**(146)**
Transferência	16	28	-	-	-	**44**
Saldos em 31/12/2022	**71.611**	**31.723**	**15.032**	**817**	**829**	**120.012**
			DEPRECIAÇÃO			
Saldos em 31/12/2021	**(46.651)**	**(20.442)**	**(9.340)**	**(500)**	**-**	**(76.933)**
Adições	(5.787)	(3.068)	(1.254)	(88)	-	**(10.197)**
Baixas	30	66	43	-	-	**139**
Transferência	2	(4)	-	-	-	**(2)**
Saldos em 31/12/2022	**(52.406)**	**(23.448)**	**(10.551)**	**(588)**	**-**	**(86.993)**
			RESIDUAL			
Em 31/12/2022	**19.205**	**8.275**	**4.481**	**229**	**829**	**33.019**
Em 31/12/2021	**23.940**	**10.124**	**5.427**	**317**	**829**	**40.637**

13. Intangível e Infraestrutura em construção

	Investimento na concessão (NE14(a))	Direito de concessão (NE14(b))	Software	Outros	Total do intangível	Infraestrutura em construção (NE14(c))
			CUSTO			
Saldos em 31/12/2022	**2.004.103**	**1.666.794**	**39.280**	**14**	**3.710.191**	**28.219**
Adições	100.280	94	59	-	**100.433**	**21.386**
Baixas	(686)	-	-	-	**(686)**	**-**
Transferência	(8.333)	-	4.209	-	**(4.124)**	**(2.113)**
Saldos em 31/12/2023	**2.095.364**	**1.666.888**	**43.548**	**14**	**3.805.814**	**47.492**
			AMORTIZAÇÃO			
Saldos em 31/12/2022	**(804.365)**	**(828.456)**	**(24.996)**	**-**	**(1.657.817)**	**-**
Adições	(60.198)	(49.966)	(6.416)	-	**(116.580)**	**-**
Baixas	64	-	-	-	**64**	**-**
Saldos em 31/12/2023	**(864.499)**	**(878.422)**	**(31.412)**	**-**	**(1.774.333)**	**-**
			RESIDUAL			
Em 31/12/2023	**1.230.865**	**788.466**	**12.136**	**14**	**2.031.481**	**47.492**
Em 31/12/2022	**1.199.738**	**838.338**	**14.284**	**14**	**2.052.374**	**28.219**

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

13. Intangível e Infraestrutura em construção (continuação)

	Investimento na concessão (NE14(a))	Direito de concessão (NE14(b))	Software	Outros	Total do intangível	Infraestrutura em construção (NE14(c))
			CUSTO			
Saldos em 31/12/2021	**1.899.029**	**1.666.684**	**38.353**	**14**	**3.604.080**	**49.245**
Adições	59.531	139	141	-	**59.811**	**26.226**
Baixas	(908)	-	-	-	**(908)**	**-**
Transferência	46.451	(29)	786	-	**47.208**	**(47.252)**
Saldos em 31/12/2022	**2.004.103**	**1.666.794**	**39.280**	**14**	**3.710.191**	**28.219**
			AMORTIZAÇÃO			
Saldos em 31/12/2021	**(756.380)**	**(786.496)**	**(24.350)**	**-**	**(1.567.226)**	**-**
Adições	(48.128)	(41.962)	(646)	-	**(90.736)**	**-**
Baixas	143	-	-	-	**143**	**-**
Transferência	-	2	-	-	**2**	**-**
Saldos em 31/12/2022	**(804.365)**	**(828.456)**	**(24.996)**	**-**	**(1.657.817)**	**-**
			RESIDUAL			
Em 31/12/2022	**1.199.738**	**838.338**	**14.284**	**14**	**2.052.374**	**28.219**
Em 31/12/2021	**1.142.649**	**880.188**	**14.003**	**14**	**2.036.854**	**49.245**

Prazo de amortização

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda de passageiros estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13(a) Investimento na concessão

São investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias permanentes, subestações de energia e toda a infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação das Linhas 1 e 2. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

13(b) Direito de concessão

Direito de concessão referente à Outorga principal e Outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018) conforme os termos da alínea “b”, Parágrafo 1º da Cláusula 9ª do Sexto Termo Aditivo, através do qual a companhia e o Poder Concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do referido Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

13(c) Infraestrutura em construção

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

13. Intangível e Infraestrutura em construção (continuação)

13(d) Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados, caso haja indicativo negativo de recuperabilidade, para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração; (ii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital - WACC*) para descontar o fluxo operacional da concessionária.

As principais premissas utilizadas, em 2023, para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 10,5% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 4,0%.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

14. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	100.068	84.332
Fornecedores internacionais	4.787	1.684
Total fornecedores	**104.855**	**86.016**

15. Debêntures e Empréstimo

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de debêntures estava composto da seguinte forma:

				31/12/2023			31/12/2022
Objeto	**Indexador**	**Juros**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Total** (Reapresentado) Nota 3
Empréstimo Daycoval	-	1,50% a.m	29/01/2024	10.949	-	10.949	-
9ª emissão MTRJ19	IPCA	7,09% a.a	15/12/2031	123.644	1.441.306	1.564.950	1.580.096
				134.593	**1.441.306**	**1.575.899**	**1.580.096**
Custo de captação				(9.184)	(63.732)	(72.916)	(82.074)
Total				**125.409**	**1.377.574**	**1.502.983**	**1.498.022**

A Companhia, em atendimento a cláusula 4.9 do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas vinculadas e Outras Avenças da 9ª emissão de debêntures mantém conta de aplicação financeira vinculada (vide nota explicativa 5).

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

15. Debêntures e Empréstimo (continuação)

Segue abaixo a movimentação das debêntures e empréstimos:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) Nota 3
Saldo no início do exercício	**1.498.022**	**1.313.123**
Captação empréstimo	10.773	-
Juros	120.997	109.313
Variação monetária	68.354	76.224
Pagamento principal	(119.634)	-
Pagamento juros	(59.718)	-
Pagamento variação monetária	(24.969)	-
Custo de captação	9.158	(638)
Saldo no fim do exercício	**1.502.983**	**1.498.022**
Circulante	125.409	204.747
Não circulante	1.377.574	1.293.275

Composição dos pagamentos das debêntures e empréstimos por ano de vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) Nota 3
2024	134.593	208.676
2025	141.561	118.177
2026	176.746	124.179
2027	197.859	154.177
2028 em diante	925.140	974.887
	1.575.899	**1.580.096**
Custo de captação	(72.916)	(82.074)
	1.502.983	**1.498.022**

Debêntures

Em 15 de janeiro de 2021 o MetrôRio emitiu 1.200.000 debêntures da 9ª emissão (MTRJ19) não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 1. A captação dos recursos ocorreu em 10 de fevereiro de 2021 em seu montante integral, e a amortização será realizada em 17 parcelas semestrais, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, com primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2023 e vencimento em 15 de dezembro de 2031, considerando atualização monetária através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,0857% ao ano.

Em 01 de junho de 2022 foi deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) a anuência para substituição, durante o período de junho de 2022 a 15 de junho de 2024, dos recursos da conta centralizadora para a conta reserva por fiança bancária junto a instituição financeira de primeira linha (rating “AAA”).

A partir de 16 de dezembro de 2023 até 15 de junho de 2024, a garantia será composta por recursos financeiros destinados ao preenchimento das contas reserva e pagamento na medida de 1/6 (um sexto) da próxima PMT, ao mês, e/ou fiança bancária junto a instituição financeira de primeira linha (rating “AAA”), vide nota explicativa 5.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

15. Debêntures e Empréstimo (continuação)

Hipóteses de vencimento antecipado

Nos termos dos contratos da 9ª emissão de debêntures, a Empresa está sujeito ao cumprimento de certas obrigações específicas que necessitam da anuência dos seus credores e seu descumprimento pode resultar em declaração do vencimento antecipado e execução das garantias constituídas.

Os principais critérios são: (i) redução do capital social ou recompra de ações; (ii) realização de qualquer pagamento ou remuneração aos seus acionistas até 31 de dezembro de 2024, exceto se houver o preenchimento da conta reserva com recursos próprios. Após essa data é permitido o pagamento ou remuneração aos seus Acionistas se o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") for maior ou igual a 1,3. Cabe mencionar que para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2023, e a data de vencimento, o ICSD deverá ser igual ou superior a 1,2; e (iii) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2023 o índice "ICSD" previsto na escritura das debêntures da 9ª emissão (MTRJ19) foi calculado em 1,3, conforme demonstrado a seguir.

Sendo que, para fins do cálculo do ICSD:

$$("EBITDA\ Ajustado" - "Impostos\ Pagos" - "Varia\c{c}\tilde{a}o\ de\ Necessidade\ de\ Capital\ de\ Giro" - "CAPEX")/"Servi\c{c}o\ da\ D\acute{i}vida"$$

		Nota	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8(d)	91.650
Resultado financeiro		24	138.650
Despesas com amortizações e depreciações		22	123.900
EBITDA	**A**		**354.200**
Impostos pagos	B	DFC	(2.263)
Variação de necessidade de Capital de Giro	C		25.111
CAPEX	D	12 e 13	(117.477)
A + B + C + D	**E**		**259.571**
Pagamento principal debêntures		15	119.634
Pagamento juros debêntures		15	59.718
Pagamento variação monetária debêntures		15	24.969
Serviço da dívida	**F**		**204.321**
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD")	**E/F**		**1,3**

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

15. Debêntures e Empréstimo (continuação)

Cálculo do capital de giro e sua variação

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		746.928	690.000
Passivo Circulante		(302.768)	(399.937)
Caixa e equivalentes de caixa	4	(251.923)	(204.245)
Aplicações financeiras	5	(300.666)	(248.474)
Empréstimo e Debêntures	15	125.409	204.747
Capital de giro		**16.980**	**42.091**
(+) Capital de Giro 2022			42.091
(-) Capital de Giro 2023			16.980
(=) Variação de Capital de Giro		**C**	**25.111**

Para fins de cálculo do ICSD, os termos abaixo terão os seguintes significados:

"EBITDA Ajustado": significa lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD.

"Impostos Pagos": significa somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD.

"Variação de Necessidade de Capital de Giro": significa a Necessidade de Capital de Giro na data da apuração do ICSD subtraída da Necessidade de Capital de Giro apurada 12 (doze) meses antes.

"Necessidade de Capital de Giro": significa a soma das contas operacionais não financeiras do ativo circulante subtraído da soma das contas operacionais não financeiras do passivo circulante.

"CAPEX": significa o montante financeiro investido pela Emissora para a formação de ativos intangíveis e imobilizados, relativo aos 12 (doze) últimos meses anteriores à apuração do índice;

"Serviço da Dívida": significa os valores pagos a título de juros e principal das Debêntures nos 12 (doze) últimos meses anteriores à apuração do índice.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia está adimplente com todas as obrigações da emissão.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

15. Debêntures e Empréstimo (continuação)

Avaliação de *Rating*

Em 16 de março de 2023, última avaliação realizada, a S&P Global Ratings reafirmou o rating 'brAA+' para a 9ª emissão (MTRJ19) devido a perspectiva estável, o que reflete a posição de liquidez saudável da Companhia.

Empréstimo

Em 29 de dezembro de 2023, a companhia e o Banco Daycoval assinaram o contrato de cessão de direito de crédito no valor de R$ 10.773 de principal e R$ 175 de juros, taxa de 1,50%, com vencimento em 29 de janeiro 2024.

16. Concessão de serviço público

	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	18.631	16.110
	18.631	**16.110**

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038).

O montante de R$ 18.631 (R$ 16.110 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à assunção pela Companhia da obrigação de pagamento das condenações judiciais devidas pela Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro e Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, em processos com data anterior à tomada de posse da prestação do serviço público de passageiros das Linhas 1 e 2, ocorrida em 05 de abril de 1998, em contrapartida ao preço da outorga suplementar devida pela entrada em operação das estações Siqueira Campos, Cantagalo e General Osorio, previsto no §2º da Clausula Nona e §§ 13º e 14º da Clausula Vigésima Segunda do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades da liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Movimentação da concessão:

	31/12/2022	Atualização monetária	Movimento	31/12/2023
Outorga (a)	16.110	2.293	228	18.631
Não circulante	**16.110**	**2.293**	**228**	**18.631**

	31/12/2021	Atualização monetária	Movimento	31/12/2022
Outorga (a)	19.533	1.289	(4.712)	16.110
Não circulante	**19.533**	**1.289**	**(4.712)**	**16.110**

(a) Outorga do não circulante refere-se ao Anexo V do Sexto Aditivo ao Contrato de Concessão.

Bens reversíveis
Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia recebeu em transferência em 5 de abril de 1998, o montante de R$ 6.093.927 de bens reversíveis.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

17. Receita diferida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita diferida – 9º Termo aditivo	16.373	74.077
Outras	1.359	1.764
Total	**17.732**	**75.841**
Circulante	16.373	57.695
Não circulante	1.359	18.146

Receita diferida decorrente do 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão referente à parcela ainda não incorrida no período de outubro de 2023 a abril de 2024, vide maiores detalhes na Nota Explicativa 1.

18. Adiantamentos de clientes

Composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviço a prestar – Giro (a)	5.135	3.349
Receitas antecipadas (b)	698	475
Serviço a prestar (c)	293	2.395
Adiantamento de clientes	1	3.419
Total	**6.127**	**9.638**

a) Vendas de bilhetes unitários.
b) Receitas acessórias antecipadas.
c) Venda de cartões pré-pagos do metrô do Rio de Janeiro.

19. Provisões para riscos processuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

19(a) Provisão para contingências reconhecida

A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza do risco:	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	39.319	41.637
Tributários	13.153	23.496
Regulatório	3.426	3.505
Cíveis	3.702	2.862
Outros	236	34
Total	**59.836**	**71.534**

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

19. Provisões para riscos processuais (continuação)

Movimentação das provisões:

Natureza do risco	31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Transferência	31/12/2023
Trabalhistas	41.637	3.911	(1.041)	(8.333)	3.111	34	39.319
Tributários	23.496	262	-	(10.605)	-	-	13.153
Regulatório	3.505	397	-	(65)	(411)	-	3.426
Cíveis	2.862	908	(509)	(492)	1.144	(211)	3.702
Outros	34	-	-	-	25	177	236
Total	**71.534**	**5.478**	**(1.550)**	**(19.495)**	**3.869**	**-**	**59.836**

Natureza do risco	31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	31/12/2022
Trabalhistas	41.741	11.755	(2.828)	(10.933)	1.902	41.637
Tributários	22.458	3.480	-	(3.349)	907	23.496
Regulatório	3.443	-	-	-	62	3.505
Cíveis	1.422	6.040	(2.471)	(2.376)	247	2.862
Outros	130	-	-	(98)	2	34
Total	**69.194**	**21.275**	**(5.299)**	**(16.756)**	**3.120**	**71.534**

19(b) Composição dos riscos possíveis não provisionados

Natureza do risco:	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista (i)	92.480	93.257
Tributários (ii)	10.697	11.714
Regulatórios (ii)	41.286	33.089
Cíveis (iv)	38.696	60.827
Ambiental	7.259	6.503
Total	**190.418**	**205.390**

(i) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

A alteração de prognóstico do processo 0001028-44.2011.5.01.0008 ocorrida em 2021 gerou aumento na provisão referente aos processos de natureza s trabalhista. Trata-se de a ação plurima movida pelo Sindicato – SIMERJ relativo à discussão envolvendo acúmulo de funções por agentes de segurança que estavam no quadro de funcionários da Companhia à época da extinção da função de oficial de estação, em 2003. Em março de 2023 o TST decidiu que a execução do referido processo, em pese tratar de ação plurima, será feita de forma segregada ou por pequenos grupos homogêneos, o que poderá reduzir o valor a ser desembolsado. A provisão atual do processo é de R$ 30.126. O processo retornou para a vara de origem e seguirá para o contador judicial para seja feita perícia contábil de forma a determinar a forma da execução, ou seja, se será de forma segregada ou por pequenos grupos homogêneos. Além disso, em despacho proferido em setembro de 2023, foi determinada que a abrangência dos substituídos deverá contemplar apenas os empregados admitidos até 15 de agosto de 2011, observando-se a prescrição quinquenal (15 de agosto de 2006), bem como a bienal (15 de agosto de 2009) em relação aos empregados desligados da empresa mais de dois anos antes do ajuizamento da ação.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

19. Provisões para riscos processuais (continuação)

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas possíveis estavam estimadas em R$ 92.480 sendo R$ 61.797 relacionado à processos sucessórios do Contrato de Concessão, a serem ressarcidos pelo Estado através de reequilíbrio contratual ou pagamento (R$ 93.257 em 31 de dezembro de 2022, sendo R$ 46.139 processos sucessórios).

(ii) Riscos tributários

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas possíveis estavam estimadas em R$ 10.697 (R$ 11.714 em 31 de dezembro de 2022).

Trata-se de auto de infração lavrado pelo Município do Rio de Janeiro no dia 23 de dezembro de 2016, no valor histórico de R$ 5,8 milhões, sendo principal de R$ 3,7 milhões, em razão de suposta falta de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) concernente aos serviços prestados mediante locação, cessão de direitos de uso e congêneres, no período de outubro de 2012 à junho de 2016 (infração 1), e outubro de 2012 à dezembro de 2015 (infração 2). O MetrôRio alegou em sua defesa que a cessão pura de espaço não constitui serviço e, portanto, não é tributável pelo ISS, assim como a cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda não representa uma atividade sujeito ao imposto municipal. O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível.

(iii) Riscos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2023, as multas regulatórias possíveis em esfera judicial foram estimadas em R$ 41.286 (R$ 33.089 em 31 de dezembro de 2022).

Trata-se de ação anulatória, com pedido de tutela de urgência, visando à desconstituição de multa administrativa aplicada pela AGETRANSP, por suposto descumprimento de obrigações constantes no 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transportes Metroviários da Cidade do Rio de Janeiro (Processo Administrativo nº E-12/004.069/2015). O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível, no montante de R$ 34.870.

(iv) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas cíveis possíveis estavam estimadas em R$ 38.696 (R$ 60.827 em 31 de dezembro de 2022).

Em 1º de abril de 2019, o Ministério Público protocolou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, contra o consórcio vencedor da licitação da Linha 04 do sistema metroviário do Rio de Janeiro e outros 22 réus associados, dentre os quais MetrôRio e Metrobarra. Dentre as alegações citadas pelo Ministério Público, é mencionada irregularidades da subconcessão da operação ao MetrôRio e locação de material rodante da Metrobarra. Em janeiro de 2021, MetrôRio e Metrobarra tomaram ciência da ação e se deram por citados. De forma tempestiva, protocolaram suas defesas com os seguintes fundamentos: (i) ilegitimidade passiva para figurarem na referida ação, (ii) ausência de quaisquer elementos concretos que as liguem aos escândalos de corrupção na obra do Metrô. MetrôRio informa que postulou em juízo em face do Estado do Rio de Janeiro e CRB o pedido de nulidade dos aditivos ao contrato de concessão da Linha 4, justamente para obter o reconhecimento de que a atual Linha 4 é meramente prolongamento das Linhas 1 e 2, cuja exploração é direito do MetrôRio. Quanto ao ato de improbidade, MetrôRio entende que há prescrição, visto que o prazo de 5 anos, previsto no art. 23 da Lei de Improbidade Administrativa, chegou a termo em 2015, tendo em vista que a assinatura do contrato se deu em 25 de fevereiro de 2010. O valor do pedido de danos morais coletivos foi de R$ 120.000, mas, considerando que a ação envolve obrigação de fazer, cuja monetização não é possível de ser mensurada na fase processual atual, bem como possui 23 réus, não é possível estimar o valor do risco por agente envolvido na demanda. Este processo possui prognostico possível.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

19. Provisões para riscos processuais (continuação)

19(c) Depósitos judiciais e recursais

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais - embargos de terceiros(i)	11.962	11.889
Depósitos recursais	664	8.922
Total	**12.626**	**20.811**

Depósitos judiciais	31/12/2022	Bloqueio judicial (ii)	Constituição	Baixa	Atualização	Transferência	31/12/2023
Embargos de terceiros(i)	11.889	-	26	(2.956)	940	2.063	**11.962**
Recursais	8.922	(2.090)	492	(5.222)	625	(2.063)	**664**
Total	**20.811**	**(2.090)**	**518**	**(8.178)**	**1.565**	**-**	**12.626**

Depósitos judiciais	31/12/2021	Bloqueio judicial (ii)	Constituição	Baixa	Atualização	31/12/2022
Embargos de terceiros (i)	12.575	-	2.828	(5.131)	1.617	11.889
Recursais	23.908	(1.364)	961	(16.640)	2.057	8.922
Total	**36.483**	**(1.364)**	**3.789**	**(21.771)**	**3.674**	**20.811**

(i) Trata-se de recursos jurídicos que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos- ET Pós, vide nota explicativa 6(a).
(ii) Refere-se à reversão dos depósitos judiciais efetuados, os quais estão sendo reintegrados aos recursos financeiros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R$ 11.962 (R$ 11.889 em 31 de dezembro de 2022).

20. Patrimônio líquido

20(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R$ 1.458.916, dividido em 1.613.694.012 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

20(b) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. O valor dos juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

21. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com passagens	918.728	757.589
Receitas acessórias	68.940	63.384
Impostos, deduções e cancelamentos	(29.404)	(24.894)
Receita líquida	**958.264**	**796.079**

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

22. Custos e despesas por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(281.047)	(230.350)
Energia elétrica	(151.540)	(137.698)
Depreciação e amortização (i)	(123.900)	(100.933)
Conservação e manutenção	(115.587)	(93.302)
Despesas gerais	(20.349)	(12.481)
Seguros e garantias	(17.661)	(11.983)
Suporte e manutenção informática	(16.913)	(16.668)
Outros serviços – terceiros PJ	(9.463)	(8.180)
Serviços Fetranspor	(9.180)	(7.164)
Terceirização de frotas	(8.048)	(7.477)
Água e esgoto	(6.349)	(5.212)
Consultorias	(6.453)	(5.321)
Baixa de depósitos judiciais recursais	(5.222)	(16.640)
Segurança viária / patrimonial	(4.769)	(3.921)
Assessoria jurídica	(3.383)	(3.912)
Comunicação, marketing e publicidade	(2.928)	(2.245)
Perdas com cartão de crédito	(2.333)	(2.332)
Provisão/reversão de PECLD	(2.145)	(3.084)
Associações de classes	(820)	(682)
Despesas legais e judiciais	(368)	(770)
Serviço ambulatorial	(430)	(632)
Provisão (reversão) para riscos processuais	14.017	(4.519)
Serviço compartilhado	19.451	-
Total	**(755.420)**	**(675.506)**
Custo de serviços prestados	(627.906)	(526.240)
Despesas gerais e administrativas	(127.514)	(149.266)
Total	**(755.420)**	**(675.506)**

(i) A Companhia durante o exercício de 2023 apurou créditos tributários de PIS e COFINS sobre depreciação e amortização, no montante de R$ 1.965.

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas regulatórias (a)	-	286.068
Receita venda de energia (b)	23.198	-
Outras receitas (despesas) operacionais	4.258	10.606
Total de outras receitas e despesas operacionais	**27.456**	**296.674**

(a) Oriunda do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros que versa sobre o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R$ 327.747, sendo R$ 286.068 da parcela principal, reconhecidos como “outras receitas (despesas) operacionais, e R$ 41.679 referentes a atualização monetária pelo IPCA, reconhecidos no resultado financeiro, conforme nota explicativa 1 (i).
(b) Venda de energia convencional já contratada pelo MetrôRio e recompra de mesmo volume de energia, porém incentivada, cujo benefício se traduz em desconto nas tarifas de distribuição e transmissão da LIGHT.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

24. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Variação monetária ativa (*)	2.399	46.411
Juros sobre aplicações financeiras	68.136	27.765
Variações cambiais ativas	530	350
Juros ativos	70	144
Outros	196	-
Total receitas financeiras	**71.331**	**74.670**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária debentures	(189.176)	(185.536)
Custo de captação	(9.906)	(9.386)
Variação monetária passiva	(6.400)	(7.297)
Comissões e despesas bancárias	(3.726)	(2.020)
Variações cambiais passivas	(564)	(574)
Outros	(209)	(394)
Total despesas financeiras	**(209.981)**	**(205.207)**
Total resultado financeiro	**(138.650)**	**(130.537)**

(*) Conforme nota explicativa 1(i) e nota explicativa 23.

25. Resultado por ação

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Resultado básico e diluído por ação	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	60.823	300.617
Denominador (em milhares de ações)		
média ponderada de número de ações ordinárias	1.613.694	1.613.694
Lucro básico e diluído por ação (R$)	**0,0377**	**0,1862**

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2023, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

26. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2023, os principais seguros contratados são:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Vencimento	
Responsabilidade Civil Geral*	60.000	01/08/2022	01/02/2024	Swiss Re
Riscos Operacionais*	280.000	01/08/2022	01/02/2024	Tokio
Garantia Fiança Locatícia*	5	01/07/2021	01/02/2024	Fairfax
Transporte Internacional*	U$ 4,000	28/02/2023	28/02/2024	Tokio
Transporte Nacional*	5.000	28/02/2023	28/02/2024	Tokio
Garantia Judicial*	118	04/03/2021	24/03/2024	Jns
Risco Cibernético	25.000	03/04/2023	03/04/2024	Aig
Automóveis	TABELA FIPE 100%	24/08/2023	24/08/2024	Porto
Directors & Officers	40.000	08/11/2023	08/11/2024	Berkley
Garantia Judicial	1.518	03/08/2020	17/08/2025	Ezze
Garantia Judicial	87.826	03/04/2020	13/06/2027	Fator
Garantia Judicial	7.954	23/07/2021	03/04/2028	Bmg
Garantia Financeira	1.220	02/08/2022	02/05/2028	Pottencial
Garantia Judicial	38.515	23/05/2019	16/08/2028	Pottencial

*As apólices foram renovadas após o fim da vigência.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

27. Compromissos e responsabilidades

A Companhia possui um contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, CRB e o Metrobarra (interveniente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. O prazo do contrato está vigente até 2036.

28. Instrumentos financeiros

28(a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

28. Instrumentos financeiros (continuação)

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 2022. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	31/12/2023 Custo amortizado	31/12/2022 Custo amortizado (Reapresentado) Nota 3
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	251.923	204.245
Aplicações financeiras	300.666	248.474
Contas a receber	89.879	140.177
Partes relacionadas	6.897	2.384
Total do ativo	**649.365**	**595.280**
Passivos		
Fornecedores	104.855	86.016
Empréstimo e Debêntures	1.502.983	1.498.022
Concessão de serviço público	18.631	16.110
Obrigações com empregados e profissionais-chave da administração	45.238	36.051
Total do passivo	**1.671.707**	**1.636.199**

28(b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

28(c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

28(d) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e as taxas de juros das debêntures estão vinculadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais uma taxa fixa pré-estabelecida.

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

28. Instrumentos financeiros (continuação)

28(e) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

28(f) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função dos fornecedores com indexador dólar, os quais não são relevantes.

28(g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	**Cenário provável**	**Cenário A**	**Cenário B**
DI Ativo (% ao ano)	10,53%	7,90%	5,27%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,23%	5,29%	6,35%

Fonte: IBGE e B3 em 31 de dezembro de 2023.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

			Resultado		
Operação	**Risco/ Indexador**	**Base**	**Cenário provável**	**Cenário A**	**Cenário B**
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa					
Certificados de dep. banc. - CDB	DI	243.793	25.671	19.260	12.848
Aplicações financeiras					
Certificados de dep. banc. - CDB	DI	300.666	31.660	23.753	15.845
Total		**544.459**	**57.331**	**43.013**	**28.693**

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

28. Instrumentos financeiros (continuação)

Operação	Risco/ Indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Passivos financeiros					
9ª Emissão	IPCA	1.575.899	66.661	83.365	100.070
Total		**1.575.899**	**66.661**	**83.365**	**100.070**

28(h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) Nota 3
Debêntures e empréstimo (i)	1.575.899	1.580.096
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	(251.923)	(204.245)
Aplicações financeiras (ii)	(300.666)	(248.474)
Dívida líquida	1.023.310	1.127.377
Patrimônio líquido	1.373.640	1.312.817
Patrimônio líquido e dívida líquida	**2.396.950**	**2.440.194**
Índice de alavancagem financeira - %	**43**	**46**

(i) Desconsiderado o custo de captação.
(ii) A Companhia está sujeita à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avalição das instituições financeiras é realizada com base na análise do rating, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

Banco	Moody's	Standard& Poor's	Fitch
Banco ABC Brasil S.A.	AA+.br	brAAA	AAA(bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco BTG Pactual S.A.	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco Daycoval S.A.	AA.br	brAA+	AA(bra)
Banco do Brasil S.A.	AAA.br	-	AA(bra)
Banco Itaú S.A.	AAA.br	-	AAA(bra)
Banco PAN S.A.	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco Safra S.A.	AAA.br	brAAA	-
Banco Santander S.A.	AAA.br	brAAA	-
Banco Votorantim S.A.	AA.br	brAAA	-

DocuSign Envelope ID: 6264A3D0-53F7-4B99-9341-E34EDC93971F

28. Instrumentos financeiros (continuação)

28(i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

31 de dezembro de 2023	**Até 1 ano**	**1 a 5 anos**	**> 5 anos**	**Total**
Empréstimos e Debêntures	134.593	693.766	747.540	**1.575.899**
Fornecedores	104.855			**104.855**

* * *